



PROTOCOLO OPERACIONAL
SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO PELAS
EMPRESAS CONTRATADAS

SPPS-004/21

PRT-CSMG-2021_001/0

Vinculação DFI/SPPS

Validade 02/06/2025

Página 1 / 11

1 ABRANGÊNCIA

Este documento aplica-se a todas as empresas contratadas para execução de obras e serviços pela COPASA MG e suas subsidiárias.

2 OBJETIVOS

Apresentar as responsabilidades das empresas contratadas em relação a saúde e segurança dos trabalhadores.

3 RESPONSABILIDADES

3.1 A CONTRATADA responsabiliza-se pela observância e cumprimento integral de todas as Normas e Regulamentos legais, bem como, normas internas da COPASA MG mencionadas neste contrato, vigente e aplicáveis, quanto a Medicina e Segurança do Trabalho.

3.2 A CONTRATADA é responsável pelos atos e omissões de seus empregados, subcontratados e/ou mandatários e suas consequências, decorrentes de inobservância de quaisquer leis, normas e regulamentos de Medicina e Segurança do Trabalho.

3.3 A CONTRATADA se compromete a garantir a solidez e estabilidade da obra e/ou serviço, assumindo por ela, inteira responsabilidade nos termos do art. 618 do Código Civil Brasileiro.

3.4 A CONTRATADA deverá manter, por sua conta, seguro contra acidentes de trabalho, nos termos da legislação em vigor.

3.5 Caso alguma ação trabalhista e/ou de ato ilícito decorrente de acidente de trabalho seja proposta contra a CONTRATANTE, fica desde já estabelecido e aceito que esta fará a denúncia da lide da CONTRATADA, na forma do artigo 70 do Código de Processo Civil Brasileiro, retirando-se a CONTRATANTE da relação processual, ou, na sua impossibilidade, exercerá seu direito de regresso.

3.6 Em qualquer situação, a CONTRATADA se responsabilizará pelos ônus, prejuízos, multas, perdas e danos decorrentes.

4 REFERÊNCIAS

Para aplicação deste Protocolo poderá ser necessário consultar:

- a) Regulamento de Contratações;



PROTOCOLO OPERACIONAL
SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO PELAS
EMPRESAS CONTRATADAS

SPPS-004/21

PRT-CSMG-2021_001/0

Vinculação DFI/SPPS

Validade 02/06/2025

Página 2 / 11

- b) Norma de Procedimentos de Contratações;
- c) Legislação aplicável ao objeto Contratual;
- d) Normas Regulamentadoras (NRs).

5 DEFINIÇÕES

Para efeitos deste Protocolo, aplicam-se as seguintes definições:

- a) ANTT- Agência Nacional de Transportes Terrestres;
- b) CRM - Conselho Regional de Medicina;
- c) DEER - Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem de Minas Gerais;
- d) DETRAN - Departamento Nacional de Trânsito;
- e) DNER - Departamento Nacional de Estradas de Rodagem;
- f) DNIT- Departamento Nacional de Infra -Estrutura de Transportes;
- g) EPI e EPC - Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva;
- h) INMETRO - Instituto Nacional de Metrologia Normalização e Qualidade Industrial;
- i) SESMT - Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho.

6 DESCRITIVO

6.1 MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS

6.1.1 A COPASA MG se reserva ao direito de somente aceitar para a execução dos serviços, máquinas, veículos e equipamentos que se encontrem em perfeito estado de conservação, garantindo adequadas condições de uso, trânsito e segurança, sendo que os veículos deverão estar devidamente licenciados pelo DETRAN e as máquinas e equipamentos aferidos pelo INMETRO e/ou demais órgãos regulamentadores.

6.1.2 Os veículos de transporte de pessoas ou produtos perigosos deverão estar dentro das especificações exigidas pelas legislações do DEER, DNIT, DNER e ANTT.

6.1.3 A CONTRATADA manterá todas as máquinas, veículos e equipamentos, em perfeitas condições de funcionamento e conservação, devendo os mesmos serem documentados e implementados os planos de manutenções preditivas, preventivas e corretivas.

6.1.4 Caberá à CONTRATADA instalar nos veículos de transporte de carga que prestarem serviço habitual ou temporário, sinal sonoro de advertência, diferenciado da buzina, a ser acionado quando o veículo imprimir a marcha-ré.



6.1.5 Todos os equipamentos e veículos deverão estar devidamente identificados com a logomarca da CONTRATADA em local visível permitindo a identificação dos mesmos à distância.

7 SERVIÇOS EM VIAS PÚBLICAS

7.1 A CONTRATADA, ao realizar serviços em vias públicas, deverá obedecer aos critérios de sinalização contidos na NR 18 (Condições de Segurança e Saúde no Trabalho na Indústria da Construção) e na Norma Técnica COPASA MG T.098/1 - Diretrizes para Sinalização de Obras e Serviços em Vias Públicas.

7.2 A Contratada deverá tomar todas as providências necessárias para prevenir possíveis acidentes que possam ocorrer por falta ou deficiência de sinalização e/ou proteção das obras, assumindo total responsabilidade nessas ocorrências.

7.3 Os serviços em vias públicas deverão ter sinalização dirigida para alertar os motoristas, pedestres e em conformidade com as posturas municipais e exigências de órgãos públicos locais.

7.4 Deverá ser garantido, no mínimo, a sinalização preventiva com placas indicativas, cones de sinalização, cavaletes e placa de barragem, dispositivos de sinalização refletiva e iluminação de segurança.

7.5 Os elementos de sinalização de segurança deverão estar sempre limpos e em bom estado de conservação.

7.6 As vias de acesso fechadas ao trânsito deverão ser protegidas com tapumes, sinalização de advertência e indicativa de desvio.

8 EPIs E EPCs (EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO COLETIVA)

8.1 Cabe à CONTRATADA fornecer, treinar e garantir a utilização obrigatória de Equipamentos de Proteção Individual e Coletiva – EPI e EPC, adequados aos riscos decorrentes da execução do escopo contratual, garantindo a proteção da integridade física dos trabalhadores durante o exercício das atividades, inclusive a de terceiros, conforme NR 06 (Equipamento de Proteção Individual) e conforme determina a Lei Federal no 6.514 de 22/12/77.



PROTOCOLO OPERACIONAL
SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO PELAS
EMPRESAS CONTRATADAS

SPPS-004/21

PRT-CSMG-2021_001/0

Vinculação DFI/SPPS

Validade 02/06/2025

Página 4 / 11

8.2 Os uniformes e EPI's utilizados em atividades com contaminação de agentes biológicos (esgoto) deverão ser higienizados pela CONTRATADA periodicamente, conforme Lei Estadual 16.194 de 23/06/2006 de MG e NR 06.

8.3 Todo EPI fornecido pela CONTRATADA aos seus empregados deve possuir Certificado de Aprovação – C.A, expedido pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho e dentro do período de validade.

8.4 A CONTRATADA deve adquirir o EPI adequado ao risco de cada atividade, exigir seu uso, fornecer ao trabalhador somente o aprovado pelo órgão nacional competente em matéria de segurança e saúde no trabalho, orientar, treinar sobre o uso adequado, substituir imediatamente, quando danificado ou extraviado e registrar o seu fornecimento ao trabalhador, podendo ser adotados livros, fichas ou sistema eletrônico.

9 CAPACITAÇÃO EM SEGURANÇA DO TRABALHO

9.1 Os Treinamentos mínimos necessários a serem realizados pelos empregados da empresa CONTRATADA são:

9.1.1 Capacitação em segurança e saúde no trabalho, devendo abordar, no mínimo, os seguintes temas:

- a) informações básicas quanto ao ambiente onde será realizado o trabalho;
- b) riscos e medidas de controle das atividades a serem executadas;
- c) conhecimentos básicos das Normas Regulamentadoras, conforme Portaria MTb nº 3.214/78;
- d) uso correto dos EPIs e EPCs.

9.1.2 Utilização, guarda e higienização de EPI, conforme NR 06.

9.1.3 Formação Básica de Membros de CIPA ou designado, conforme NR 05 (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes – CIPA).

9.1.4 Elaboração e execução de Análise Preliminar de Riscos – APR e/ou Permissão para o Trabalho - PPT.

9.2 Treinamentos específicos para execução de atividades de risco, conforme as respectivas Normas Regulamentadoras:

- a) NR 10 - Segurança em Instalações e Serviços em Eletricidade;
- b) NR 11 - Transporte, Movimentação, Armazenagem e Manuseio de Materiais;
- c) NR 12 - Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos;
- d) NR 15 - Atividades e Operações Insalubres;



- e) NR 23 - Proteção contra Incêndios;
- f) NR 33 - Segurança e Saúde nos Trabalhos em Espaço Confinado;
- g) NR 35 - Trabalho em Altura, dentre outros.

10 INÍCIO DOS SERVIÇOS

10.1 A CONTRATADA deverá encaminhar para o gestor do contrato, como condição para emissão da Ordem de Serviço, os seguintes documentos relativos à Segurança e Saúde do Trabalho do contrato a ser executado:

- a) Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR, previsto na NR 1 (Disposições Gerais e Gerenciamento de Riscos Ocupacionais);
- b) Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, com o objetivo de proteger e preservar a saúde de seus empregados em relação aos riscos ocupacionais, conforme avaliação de riscos do Programa de Gerenciamento de Risco - PGR da organização, conforme determina NR 7;
- c) Atestado de Saúde Ocupacional – ASO, conforme determina NR 7 da Portaria 3.214/78;
- d) Certificados e/ou listas de presença de cursos e treinamentos realizados pelos empregados que realizarão as atividades contempladas no contrato;
- e) Análise Preliminar de Risco – APR e/ou Permissão Para o Trabalho - PPT;
- f) Relação de Equipamento de Proteção individual -EPI por função;
- g) Cartão de vacinação ou sorologia;
- h) Relação dos profissionais do SESMT e designados de segurança e medicina do trabalho.

10.2 Os Programas de Gerenciamento de Risco e treinamentos devem estar alinhados em relação aos riscos da COPASA MG e as medidas de proteção para acidentes e doenças do trabalho.

10.3 O gestor do contrato poderá solicitar apoio à Unidade de Serviço de Saúde e Segurança do Trabalho – USSS para análise e avaliação dos documentos dispostos acima e adequação as legislações vigentes.

11 REQUISITOS PARA PREENCHIMENTO DO PGR E PCMSO, E ITENS DE VACINAÇÃO

11.1 A CONTRATADA deverá implementar, conforme NR 01, um Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR que deve conter no mínimo:

- a) inventário de riscos; e
- b) plano de ação.

11.1.1 O PGR deverá contemplar ou estar integrado com planos, programas e outros documentos previstos na legislação de segurança e saúde no trabalho.

11.1.2 O PGR, além de contemplar as exigências previstas na NR-01, deverá conter os seguintes documentos:

- a) projeto da área de vivência do canteiro de obras e de eventual frente de trabalho, em conformidade com o item 18.5 desta NR, elaborado por profissional legalmente habilitado;
- b) projeto elétrico das instalações temporárias, elaborado por profissional legalmente habilitado;
- c) projetos dos sistemas de proteção coletiva elaborados por profissional legalmente habilitado;
- d) projetos dos Sistemas de Proteção Individual Contra Quedas (SPIQ), quando aplicável, elaborados por profissional legalmente habilitado;
- e) relação dos Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e suas respectivas especificações técnicas.

11.1.3 A CONTRATADA deverá:

- a) evitar os riscos ocupacionais que possam ser originados no trabalho (o PGR deverá estar atualizado de acordo com a etapa em que se encontra o canteiro de obras);
- b) fornecer o inventário de riscos ocupacionais específicos de suas atividades, o qual deverá ser contemplado no PGR do canteiro de obras (as frentes de trabalho deverão ser consideradas na elaboração e implementação do PGR);
- c) identificar os perigos e possíveis lesões ou agravos à saúde;
- d) avaliar os perigos indicando o nível de risco;
- e) classificar os riscos ocupacionais para determinar a necessidade de adoção de medidas;
- f) implementar medidas de prevenção, de acordo com a classificação de risco e de prioridade;
- g) acompanhar o controle dos riscos ocupacionais.

11.1.4 A CONTRATADA deverá elaborar e implementar nos canteiros de obras, projetos contemplando os riscos ocupacionais e suas respectivas medidas de prevenção.

11.1.5 A CONTRATADA deverá considerar as condições de trabalho, nos termos da NR-17 (Ergonomia).

11.1.6 A CONTRATADA deverá estabelecer diretrizes e requisitos para o desenvolvimento do Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional - PCMSO, com o objetivo de proteger e preservar a saúde de seus empregados em relação aos riscos ocupacionais, conforme avaliação de riscos do Programa de Gerenciamento de Risco – PGR. O PCMSO é parte integrante do conjunto mais amplo de iniciativas da organização no campo da saúde de seus empregados, devendo estar harmonizado com o disposto nas demais NRs.

11.1.7 A CONTRATADA deverá cumprir as NRs 6 e 7, respeitando a tabela de exames clínicos e EPIs indicados, conforme os riscos ocupacionais/função.

RISCO OCUPACIONAL / FUNÇÃO	EXAMES	E.P.I.
RISCO BIOLÓGICO - VÍRUS, FUNGOS, BACTÉRIAS, PROTOZOÁRIOS	ANTI HAV- IgG; ANTI-HBS EXAME CLÍNICO	LUVAS IMPERMEÁVEIS, BOTINAS E UNIFORMES IMPERMEÁVEIS, CAPACETE
MOTORISTA	AVALIAÇÃO OFTALMOLÓGICA EXAME CLÍNICO	AUSENTES
OPERADOR DE MÁQUINAS	AUDIOMETRIA AVALIAÇÃO OFTALMOLÓGICA EXAME CLÍNICO	PROTETOR AURICULAR, CAPACETE
RUÍDO ACIMA DE 80 dB	AUDIOMETRIA EXAME CLINICO	PROTETOR AURICULAR, CAPACETE
ESPAÇO CONFINADO E TRABALHO EM ALTURA	GLICEMIA DE JEJUM, HEMOGRAMA, AVALIAÇÃO OFTALMOLÓGICA, ECG E /OU TESTE ERGOMETRICO, AVALIAÇÃO PSICOSSOCIAL, EXAME CLÍNICO	PROTETOR AURICULAR, CAPACETE



PROTOCOLO OPERACIONAL
SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO PELAS
EMPRESAS CONTRATADAS

SPPS-004/21

PRT-CSMG-2021_001/0

Vinculação DFI/SPPS

Validade 02/06/2025

Página 8 / 11

RISCO QUIMICO TOLUENO	AUDIOMETRIA, ACIDO HIPÚRICO	LUVAS DE PROTEÇÃO, UNIFORME E BOTINA IMPERMEÁVEL
RISCO QUIMICO FLÚOR	FLUORETO URINARIO INICIO E FINAL DA 4ª JORNADA DE TRABALHO DA SEMANA	LUVAS DE PROTEÇÃO, UNIFORME E BOTINA IMPERMEÁVEIS
UMIDADE	EXAME CLÍNICO	AUSENTES
PRODUTOS DE LIMPEZA- SABÃO DETERGENTE, ÁGUA SANITÁRIA, DESINFETANTE	EXAME CLÍNICO	LUVAS IMPERMEÁVEIS, BOTINAS E UNIFORMES IMPERMEÁVEIS
FUNÇÃO ADMINISTRATIVA	EXAME CLÍNICO	AUSENTES

11.1.8 Periodicidade dos exames

- Exame Clínico e Psicossocial: anual;
- Ácido Hipúrico: semestral;
- Fluoreto Urinário: semestral;
- Audiometria: Anual. Obs: quando realizada na admissão deverá ser repetida após 06 meses;
- ECG e/ou Teste Ergométrico: será realizado ou não de acordo com a avaliação médica anual;
- Acuidade Oftalmológica, anual.

11.1.9 Os cartões de vacinação deverão conter:

- análise das doses para todo empregado/candidato das vacinas para tétano (dT adulto), Febre Amarela e vacina Dupla Ou Triviral, sendo que se exige a atualização do esquema vacinal caso o mesmo não esteja adequado;
- análise da imunização para Rubéola para as empregadas/candidatas em idade fértil, não grávidas, sendo que se orienta a atualização do esquema vacinal, caso o mesmo não esteja adequado;
- análise das doses que o empregado/candidato exposto a risco biológico, já recebeu

para Hepatite A e B, ou análise de sorologia das mesmas;

d) demais vacinas tornadas obrigatórias após comunicação governamental.

11.1.10 O Atestado de Saúde Ocupacional – ASO deve conter:

- a) nome completo e número da identidade do trabalhador;
- b) datas dos exames complementares e clínico;
- c) aptidão para trabalho em altura ou espaço confinado;
- d) riscos ocupacionais;
- e) nome e CRM do médico coordenador do PCMSO.

12 DO ACIDENTE DO TRABALHO

Conforme dispõe o art. 19 da Lei nº 8.213/91, "acidente de trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho".

12.1 A CONTRATADA deverá prestar socorro imediato ao acidentado, solicitando assistência médica hospitalar de acordo com a necessidade do acidentado.

12.2 A CONTRATADA deverá comunicar imediatamente ao empregado responsável pela fiscalização da CONTRATANTE, indicado na Cláusula 'Do acompanhante e da Fiscalização' deste instrumento.

12.3 A CONTRATADA deverá informar, obrigatoriamente, ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS o acidente de trabalho ocorrido com seu empregado, mesmo que não haja afastamento das atividades, até o primeiro dia útil seguinte ao da ocorrência, por meio de formulário próprio de Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT.

12.4 Em caso de falecimento de empregado, a comunicação ao INSS deverá ser imediata.

12.5 A CONTRATADA deverá comunicar, imediatamente à autoridade policial, em caso de acidente grave ou fatal e isolar o local até a chegada da autoridade competente para investigar o local de trabalho, visando estabelecer relações entre o acidente ocorrido e situações de risco presentes no local do trabalho.

12.6 A CONTRATADA deverá apresentar, obrigatoriamente, até 30 (trinta) dias após o acidente, o "Relatório de Investigação e Análise de Acidente do Trabalho" elaborado pela Comissão de Investigação constituída para este fim.

12.7 A Comissão de Investigação deverá seguir os seguintes critérios:



PROTOCOLO OPERACIONAL
SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO PELAS
EMPRESAS CONTRATADAS

SPPS-004/21

PRT-CSMG-2021_001/0

Vinculação DFI/SPPS

Validade 02/06/2025

Página 10 / 11

- a) quando envolver empregados da CONTRATADA em instalações da CONTRATANTE, deverá ter entre seus membros, obrigatoriamente, 2 (dois) representantes dos empregados, sendo 1 (um) da CIPA da CONTRATANTE e outro da CIPA da CONTRATADA;
- b) inexistindo CIPA da CONTRATADA no local de execução dos serviços, integrará a comissão o gerente ou encarregado da turma envolvida no acidente;
- c) competirá à CONTRATANTE formalizar a criação da Comissão de Investigação. ”

13 SANÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO POR DESCUMPRIMENTO DE REQUISITOS DA SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO E PELO ACIDENTE DO TRABALHO

13.1 No caso de desobediência e culpa exclusiva da CONTRATADA, as consequências, inclusive multas aplicadas pelos órgãos públicos, serão suportadas pela própria CONTRATADA.

13.2 A CONTRATADA responsabiliza-se por todo e qualquer ato inseguro de trabalho de seu(s) empregado(s) e compromete-se assumir a responsabilidade por quaisquer ações trabalhistas e/ou de ato ilícito decorrentes de acidente de trabalho, relativos ao exercício profissional de seu (s) empregado (s).

13.3 Constatado o descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas contratuais acima mencionadas, a Unidade Gestora da COPASA MG deverá adotar medidas preliminares com a CONTRATADA e, caso a irregularidade não seja solucionada, deverá elaborar relatório de abertura do Processo Administrativo Punitivo – PAP, conforme previsto no Regulamento de Contratações, para apuração da conduta irregular e, eventual, aplicação de sanções administrativas à CONTRATADA.

14 DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 A CONTRATADA deverá manter atualizado, durante a execução do serviço, o quadro de profissionais do SESMT conforme NR 04.

14.2 A CONTRATADA deverá constituir e manter CIPA e, quando não for obrigada a sua constituição, designar empregado para as atribuições da mesma, conforme NR 05.

14.3 A CONTRATADA deverá manter transporte adequado aos empregados.

14.4 A CONTRATADA deverá elaborar e manter atualizado Perfil Profissiográfico Previdenciário - PPP de todos os empregados, de acordo com a legislação da Previdência Social.



PROTOCOLO OPERACIONAL
SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHO PELAS
EMPRESAS CONTRATADAS

SPPS-004/21

PRT-CSMG-2021_001/0

Vinculação DFI/SPPS

Validade 02/06/2025

Página 11 / 11

14.5 A CONTRATADA deverá permitir o livre acesso do SESMT da COPASA, dos órgãos públicos de fiscalização, para inspeções e vistorias, no local da obra ou serviço.

14.6 O SESMT da CONTRATADA deverá realizar periodicamente inspeções de saúde e segurança do trabalho; e interditar ou paralisar o serviço em local que apresente situação de grave e iminente risco.

14.7 Os acidentes de trabalho dos empregados da CONTRATADA, devem ser registrados e investigados, conforme Secretaria do Trabalho e demais legislações pertinentes.

14.8 Aplica-se ao presente documento outras disposições previstas em vigor que instruiu o processo licitatório.

14.9 Caberá à Superintendência de Pessoas manter atualizado este protocolo no que concerne às diretrizes corporativas e às normas legais pertinentes ao assunto em epígrafe.

Informações de controle:

Versão 0 (instituição): aprovado pela Superintendência de Pessoas em 01/06/2021

Unidade gestora do documento: Unidade de Serviço de Saúde e Segurança do Trabalho

Instância de revisão: Unidade de Serviço de Saúde e Segurança do Trabalho

Instância de aprovação: Superintendência de Pessoas